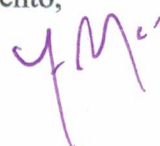


AUDIÊNCIA PÚBLICA – LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA

Ao décimo sétimo dia do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, na sala de sessões da Câmara de Vereadores, situada na Rua Visconde de Mauá, nº 89, no Centro de Petrópolis, realizou-se audiência pública sobre a lei de incentivo à Cultura. A sessão foi presidida pelo vereador Yuri Moura, presidente da Comissão de Educação, Assistência Social e Direitos Humanos, que formou a mesa com os vereadores Mauro Peralta, Domingos Protetor, Gil Magno e, ainda, o vereador Eduardo do Blog, que participou de forma remota. A mesa também contou, de maneira híbrida (presencial e remota), com os convidados: Charles Rossi - presidente do Instituto Municipal de Cultura, Benedita da Silva - deputada federal, Dra. Rosana dos Santos Alcântara, Igor Cosso - ator; Iara Rocha - atriz, diretora teatral, dramaturga e poeta, Ariel Barbosa - ator, diretor e professor e membro do Segmento de Cultura Afro, Diana Iliescu - presidente do Conselho Municipal de Cultura, Aline Castella - conselheira do Segmento Audiovisual e membra da comissão especial do Conselho Municipal de Cultura e o Sr. Pedro Fernandes - conselheiro de teatro, que atualmente faz parte do Conselho de Pessoas com Deficiência. O vereador Yuri Moura agradeceu a presença dos convidados e a todos que assistiam e acompanhavam a audiência remotamente. O vereador Yuri Moura fez uma pequena apresentação do texto e das etapas do Projeto de Lei elaborado pelo Conselho Municipal de Cultura, salientando sua entrada na Câmara como um bom exemplo do diálogo com a sociedade civil e destacando que o texto se encontra disponível, na íntegra, no site oficial da Câmara Municipal de Petrópolis. Diana Iliescu, presidente do Conselho Municipal de Cultura, iniciou a discussão saudando a todos, parabenizando pela consolidação da lei e agradecendo ao vereador Yuri Moura pela parceria na construção conjunta dela. Lembrou de outros atores participantes dessa construção e que, em 2007, tiveram a primeira lei municipal de incentivo fiscal, na gestão do prefeito Rubens Bomtempo, a qual permitia-se que pudessem descontar impostos para projetos culturais, mas destacou que essa lei nunca foi regulamentada. Disse também que em 2010 implantou-se o sistema municipal de cultura, sistema pioneiro no Brasil, a partir da experiência do Ministério da Cultura, sob o comando do então ministro Gilberto Gil, que teve como uma de suas ações resgatar a cultura pelo Brasil profundo, e que Petrópolis não ficou atrás na formulação de seu Plano Municipal de Cultura, lamentando, no entanto, que a lei de 2007 tenha sido revogada. Continuou sua fala lembrando que muitas pessoas da sociedade civil traziam de volta o assunto e que na gestão passada tiveram o secretário do Desenvolvimento,



Marcelo Fiorini, que resolveu trazer a proposta de lei, tendo sido feitas diversas reuniões, inclusive com a Câmara de Vereadores e participantes de diversos seguimentos culturais. Diana Iliescu lembrou ainda que infelizmente o gestor da cultura acabou não continuando no cargo, mas que o Conselho Municipal de Cultura resolveu assumir para si a tarefa, produzindo estudos sobre uma série de leis municipais pelo Brasil, não só das capitais, mas também de cidades menores que possuíam instrumentos semelhantes, chegando a um grande estudo que deu início, de fato, a produção da referida lei, que contou com a participação de algumas pessoas, como a Sra. Márcia Ganem, produtora cultural, o advogado Felipe César, assessor do vereador Yuri Moura e o Sr. André Amom, conselheiro de música e atualmente conselheiro de produção cultural. Continuando sua fala, disse que houve um movimento por parte da Secretaria de Esportes, em trabalho conjunto com a própria Secretaria de Cultura, no desenvolvimento de lei própria de incentivo ao esporte. Essa iniciativa contou a ajuda do prefeito interino Hingo Hammes, que naquele momento era o secretário de Esporte e do Sr. Berger, então secretário de esporte e grande apoiador da lei de incentivo para produção cultural. A Sra. Diana continua sua fala lembrando que o Conselho Municipal de Cultura criou, à época, uma comissão para tratar da lei de incentivo, essa comissão contou com a participação da sociedade civil, representada pela Sra. Aline Castelo - conselheira de áudio visual, pela Sra. Neiva Voigt - conselheira de dança e pelo Sr. Pedro Fernandes - conselheiro de teatro, que atualmente faz parte do Conselho de Pessoas com Deficiência, pelo Sr. Elime Kalil, que era conselheiro de teatro e passou a ser conselheiro do seguimento de museus e patrimônio cultural, e pelo poder público, contou com o Sr. Leonardo Cerqueira, com o Sr. Sandro Gomes, com a Sra. Inês Petre e, finalmente, com o vereador Yuri Moura (PSOL), que propôs a lei. Finalizando sua fala, a Sra. Diana Iliescu agradeceu a todas as pessoas que participaram da aprovação desse projeto de lei e ressaltou a participação coletiva da sociedade, dizendo que o Conselho Municipal de Cultura acredita na construção coletiva, citando o grande sucesso que foi a lei Aldir Blanc, que abriu um precedente na elaboração de políticas públicas com a descentralização para todos os municípios e estados da federação e encerrou agradecendo à deputada Benedita da Silva por toda a contribuição que ela tem dado a cultura. A deputada federal Benedita da Silva do PT, autora da Lei de emergência para a Cultura, que foi aprovada na Câmara e no Senado, iniciou sua fala saudando a todos, citando a Sra. Cris Ramires, oriunda do Ministério da Cultura, e destacando que ela contribuiu para fomentar a questão da cultura e presta assessoria ao seu gabinete na Câmara de Deputados. A Sra. deputada falou também que se sente honrada em participar dessa iniciativa fantástica e ressaltou a fala



anterior da Sra. Diana, que citava a importância do trabalho coletivo, reforçou que o vereador Yuri Moura precisa de fato abraçar essa proposta feita a muita mãos e destacou que o fato do vereador Yuri ser presidente de uma comissão de Educação, Assistência Social e Direitos Humanos, dizendo que o mesmo pode fazer uma grande mobilização não só desse projeto, mas por toda a cultura; lembrou das dificuldades que a cultura tem vivido neste governo e que entende o momento importante para o setor cultural e para o desenvolvimento da cidade e do país, continuou afirmando que as iniciativas de descentralização e fortalecimento desse sistema nacional trabalhando com os municípios foi importante para aprovação da Lei Aldir Blanc, um marco histórico que teve sua base de sustentação no Sistema Nacional de Cultura, disse que esse projeto foi executado de forma emergencial e que está fazendo o acompanhamento, do legislativo, para que a aprovação da Emenda Constitucional 106/2020, que possibilitou o chamado orçamento de guerra, ação esta que produziu bom termo a lei, o que se transformou em ótimos desdobramentos para que a Lei Aldir Blanc seja permanente e respalde o resultado da CPI da Lei Rouanet. A deputada continuou sua fala dizendo que forma o projeto de lei 7619/2021 que trata da Lei Rouanet, aponta para a questão do incentivo fiscal, do Pronac e que esse resultado foi importante por produzir um robusto projeto como resultado, tendo a CPI indicado que era preciso prever a questão do lucro presumido e não somente o lucro real para ampliar o número de patrocinadores, coadunando com o caminho seguido por esta comissão de cultura e também fortalecendo o Fundo Nacional da Cultura, respeitando a Constituição Brasileira em seu artigo 215 e 216. A deputada finalizou dizendo que está fazendo o acompanhamento no legislativo, onde se trata desse processo histórico da cultura, defesa do patrimônio artístico e cultural e da execução da implantação de políticas para o setor, principalmente após a pandemia causada pela COVID, que afetou drasticamente a economia do setor cultural, sendo a mesma, a primeira a ficar de portas fechadas, porém, se tem o entendimento de que a economia deste setor será estrategicamente fundamental para desencadear um processo de inclusão e de desenvolvimento econômico, e que, portanto, a cultura precisa de incentivo e do acompanhamento que os espaços privados e públicos fornecem. A Sra. deputada parabenizou a todos pelo substitutivo e disse que vai continuar lutando para que esses avanços e desenvolvimentos para as questões de culturais em nosso Estado possam ser referência; para concluir, disse que também apresentou um substitutivo do Sistema Nacional da Cultura, o PL 9474/2018, que foi uma iniciativa do deputado Chico D'Ângelo, tendo neste substitutivo a consolidação do parágrafo 216 da Constituição Brasileira, ampliando a proposta do autor com o objetivo de fortalecer a cultura nos



estados e municípios, afirmando ser a consolidação da cultura soberana no desenvolvimento do país. O Sr. Charles Rossi, presidente do Instituto de Cultura do Município de Petrópolis, iniciou sua fala saudando a todos e parabenizou o presidente da sessão pela iniciativa, disse que estava naquela audiência representando o prefeito e cumprimentou o vereador vice-líder do governo, Domingos Protetor, o vereador Mauro Peralta e também o vereador Eduardo do Blog, que participava de forma remota, exaltou a presença da deputada Benedita da Silva, dizendo se tratar de uma companheira antiga, e falou da importância da Lei Aldir Blanc que tanto ajudou aos fazedores de cultura do Brasil e, por consequência de sua atuação no município, disse que a 11 (onze) anos atrás teve como referência o ministro Gilberto Gil e sua política pública que criava a gestão nacional de política cultural no Brasil; continuou afirmando que Petrópolis foi pioneira na criação do Sistema Municipal de Cultura e disse que traz no coração este importante legado para a cidade, onde propôs a criação do Sistema Municipal de Cultura, que contempla um conjunto de ferramentas institucionais as quais permitem uma gestão transparente, ativa e participativa em nossa cidade. Continuou explicando que o Conselho Municipal de Cultura tem condição ativa de influenciar nas decisões dos recursos culturais da cidade. Lembrou que no passado os recursos eram destinados para poucos e destacou a criação do Plano Municipal de Cultura como uma parte desse grande arcabouço, fundamental no sistema. Lembrou que o Plano Municipal de Cultura completou 10 anos e que ao assumir, no final de maio, percebeu que plano estava vencido e que foi feita uma prorrogação, porque se o plano não estiver ativo os recursos não podem entrar. Informou que contratou o Sr. Flávio e a Sra. Rafaela, que cuidam das políticas Públicas do IMC e que estão elaborando para que nos próximos dois meses o plano municipal de cultura, que será apresentado a casa legislativa para que possa ser aprovado tendo por objetivo que nos próximos dez anos todos os vereadores e a sociedade civil possam saber o direcionamento dos recursos e das ações da cultura na nossa cidade, citou também o fundo municipal de cultura, este um mecanismo de transparência muito importante e aproveitou para parabenizar o prefeito pela sensibilidade para com a cultura. Citou o valor liberado pela Lei Aldir Blanc (um milhão e duzentos mil reais) e disse ter sido cumprido o edital do ano de 2020 e lançado o edital Maria Luíza, de 2021, que já se encontrava liberado e recebendo projetos culturais. Ressaltou a importância do cadastro cultural para que se possa dar preferência aos artistas petropolitanos e falou sobre a lei de incentivo fiscal para a cultura, onde utiliza-se o ICMS e o ISS para custear projetos culturais que ajudam a complementar os recursos já existentes, criando-se uma terceira via para patrocinar projetos culturais da cidade; informou que com grande parte do centro

histórico tombado muitos proprietários desses imóveis tem dificuldade em mantê-los e os alugam para fins comerciais. Lembrou da importância histórica da casa legislativa e de sua tristeza ao passar na casa do Barão do Rio Branco, patrono do Itamaraty, e lembrou da historicidade do imóvel que serviu de palco para a assinatura do tratado que anexava o estado do Acre ao território brasileiro, também lembrou da casa do Barão de Mauá, que hoje sedia a Secretaria de Educação e tantas outras casas e ativos culturais situados no Centro Histórico. O Vereador Domingos Protetor, vice-líder do governo, iniciou sua fala parabenizando o vereador Yuri Moura pela iniciativa e dizendo ter visitado o município de Bebedouro, em São Paulo e, ao chegar na cidade, sentiu um cheiro de bolo de laranja, porque as fábricas que manuseiam a fruta fazem com que a cidade fique perfumada, então, fez uma comparação, dizendo que Petrópolis exala o cheiro da cultura e que por tudo isso temos na cidade esses patrimônios que a elevam ao patamar de grande palco cultural o que, portanto, deve ser melhor aproveitado. Continuou sua fala afirmando que vários setores do município podem ser considerados como de extrema importância, mas de fato não são assim tratados pelos gestores, disse que ficou marcado pela imprensa por sempre falar em gestão e explicou que vem de uma área onde a gestão é fundamental, ressaltou o trabalho que o prefeito interino Hingo Hammes vem fazendo e que a cultura vem sendo muito bem conduzida pelo secretário Charles Rossi que, com a colaboração da casa legislativa, vem produzindo leis como a apresentada, disse também que um futuro brilhante se apresenta para o município; por fim, conclamou a todos para que se empenhem no trabalho proposto, para que tudo seja concretizado e saia do papel. O Vereador Yuri Moura lembrou que já conseguiu aprovar na Câmara, sob o governo interino do prefeito Hingo Hammes, a separação das pastas do esporte e cultura e disse que, por mais que não tenho conseguido retornar com a fundação de cultura por questões jurídicas, políticas e administrativas, um gesto foi dado: dar ao esporte o que é do esporte e ao que é da cultura, o que é da cultura. Ficou feliz por conseguir dar esse passo no governo do prefeito interino Hingo Hammes, disse que conseguiu aprovar a lei municipal de incentivo ao esporte e que o governo municipal já a colocou em vigor, colocando os projetos em fase de habilitação. Finalizou dizendo que a experiência que estão vivendo na Câmara, e que o Conselho Municipal traz para a casa legislativa junto do Instituto, já está se consolidando no Esporte, trazendo um novo momento para os fazedores de cultura. Por fim, ensejou que o desenvolvimento econômico do Turismo e da Educação tenham seu potencial reconhecido e valorizado com políticas públicas e participação social. A Dra. Rosana de Souza Alcântara, advogada especialista em legislação e regulação de áudio visual, que exerceu mandato de diretora na ANCINE entre 2013 e 2017, onde ocupara

também o cargo de superintendente executiva, iniciou sua fala cumprimentando a todos e agradecendo o convite; falou da importância desse encontro, fruto do amadurecimento de debates entre os participantes, com a participação da sociedade civil organizada, discutindo uma lei de incentivo fiscal municipal para a cultura. Apontou que resgatar a institucionalidade é decisivo e fundamental, dizendo que as questões colocadas se mostram cada vez mais como requisito fundamental no Estado Democrático de Direito; novamente parabenizou a Casa legislativa por essa iniciativa, dizendo que em Santos a Câmara Municipal também regulamentou uma lei como essa, e foi sancionada pelo prefeito; continuou afirmando que, do ponto de vista nacional, tem se defrontado quase todos os dias com dificuldades enormes, por exemplo, um projeto de lei que tinha o objetivo de excluir e reduzir incentivos de várias cadeias produtivas, inclusive a cadeia do áudio visual; informou que a lei do áudio visual, assim como a lei Rouanet, foi decisiva para a sustentabilidade das políticas públicas de cultura do país enquanto aspecto simbólico e identitário, com o objetivo de ver nas telas dos cinemas, nos teatros e nos livros a fala do brasileiro, os modos e as vivências. Continuou afirmando que a consolidação desse marco legal e regulatório da cultura é decisivo e fundamental para além da lei do Rouanet e do áudio visual, lembrou que na época do Ministro Gilberto Gil fora aprovado na Constituição Federal, criando toda a organicidade do sistema do plano nacional de cultura. Continua sua fala afirmando que além do fundo setorial do áudio visual, construiu junto ao Fundo Nacional de Cultura a categoria de programação específica, própria e dedicada para o conteúdo e para o ecossistema do áudio visual, onde vedava-se a utilização desse recurso para outros fins. Afirmou que esta é uma lei que tem o foco no financiamento público, por entender que a cultura em todos os países chamados centrais tem por lastro o financiamento público, privado ou por parcerias. Disse que certamente essa é a única forma de efetivar o dispositivo constitucional de acesso aos direitos culturais de fontes diversas que incentivaram a valorização e as riquezas que têm o país. Afirmou que o desenvolvimento da música, do áudio visual, do livro e do teatro agregam ao PIB nacional valores absolutamente positivos e importantes, não podendo desconsiderar a realidade, a natureza e as peculiaridades próprias da cultura, como aprovado no último grande marco e da lei do SEAC, 12.485. Falou sobre sua experiência na construção e desenvolvimento das questões que estão sendo debatidas, onde se instituiu entre tantas outras coisas o acesso a diversidade, a cota de conteúdo brasileiro produzido por empresas brasileiras, para que fossem vinculadas nas TV's a cabo, e que o debate já se estende a internet. Afirmou que essa lei foi uma construção de cinco anos e que a cultura no Brasil é uma cadeia produtiva que se consolida de várias formas

inimagináveis, com grande potência e com grandes possibilidades de rendimentos, gerando muitos empregos e tendo um enorme impacto social na vida dos fazedores de cultura. Finalizou dizendo que a harmonia institucional onde já se tem uma cadeia disposta e que usa o mesmo mecanismo é decisivo e fundamental porque já se tem os critérios, parâmetros e acúmulos necessários para que se desenvolvam de forma rápida os projetos. Disse que com recursos públicos e a pactuação entre os poderes haverá o monitoramento e controle na efetivação das políticas públicas ao mesmo tempo que se terá um direito importante e constitucional, ou seja, o dever da boa aplicabilidade desses recursos, fator importantíssimo na construção de incentivos públicos que agreguem mais valor as cadeias produtivas de cultura, criem mais possibilidades e ofereçam mais capacidade aos fazedores de cultura de Petrópolis. O Vereador Dr. Mauro Peralta, iniciou sua fala cumprimentando a todos e dizendo que o secretário Charles Rossi, ao contrário dele, é muito educado e esqueceu de dizer que um dos patrimônios que poderia ser usado como ponto turístico na cidade é o Palácio do Barão de Guaraciaba, que era um Barão Negro, disse que iria “espetar” o vereador Yuri Moura, dizendo que o Barão tinha escravo, sendo isto “comum” na época referida. Deu continuidade a sua fala dizendo que o Palácio que se localiza em frente ao Museu Imperial, que destacou como o museu mais visitado do Brasil, poderia ser outro ponto turístico de atração em nossa cidade; lembrou do Museu do Colono, da Casa de Santos Dumont e tantos museus particulares; falou da existência de outro grave problema a ser resolvido, se referindo a violência do Rio de Janeiro. O vereador continuou sua fala, citando o turismo cooperativo e também o turismo de eventos, explanando o fato de que nossa cidade se encontra à 44km da capital e à 50km do aeroporto, e que se tivéssemos um centro de convenções com grande capacidade, como existem em outras cidades, isso traria mais dinheiro para a cidade; afirmou que o projeto está sendo muito bem dirigido e citou que os incentivos também poderiam ser estendidos aos artistas de rua, como existe em Nova York, com músicos na Rua 16 de março e na Rua do Imperador. O vereador lembrou que Petrópolis jamais voltará ao tempo das indústrias têxteis e que a casa legislativa está disposta a aprovar qualquer lei que melhore a Saúde, Esporte e a Cultura da cidade; disse esperar que a Lei saia do papel e seja melhorada com o parecer dos quinze vereadores; disse ainda que vai cobrar do secretário da pasta para que Petrópolis não deixe de pagar seus artistas, que no passado ficaram anos sem receber, já que não se pode direcionar a licitação, dado que o tribunal de contas não permite, mas que se pode ter um cadastro com os próprios, principalmente aqueles menos favorecidos e dos que não tem outra forma de renda. Em sua fala, o vereador Yuri Moura informou que o vereador Mauro Peralta não o “espeta”, como citou na fala anterior, ao

falar sobre o Barão de Guaraciaba, disse também ter feito uma solicitação ao grupo de trabalho da Pauta Preta, composta pela comissão de Direitos Humanos e representantes da sociedade civil que contribuem com a comissão, e também à mesa diretora da qual faz parte, um processo para que se abra edital na casa, para que algum artista petropolitano, negro ou negra, possam fazer a réplica do quadro do Barão de Guaraciaba, que se encontra no arquivo do Museu Imperial, com o objetivo de expô-la como lembrança de que o Barão era o dono dessa casa legislativa. Continuando sua fala e fazendo referência a fala anterior do vereador Dr. Mauro Peralta, lembrou ser anacrônico o olhar sobre o século XIX ao fazer referência ao fato de que um barão negro possuía escravos, lembrando que esse é um debate amplo no movimento negro e que, por ser historiador, respeita o debate produzido dentro da academia, mas que não se pode ser anacrônico e produzir um julgamento sobre o século de XIX baseado no ano de 2021, esperando que tudo fosse diferente naquela época. Terminado sua fala, o vereador Yuri Moura disse que a nível de esclarecimento, foi aprovada pelos quinze vereadores uma proposta da mesa diretora, a partir do presidente da casa legislativa, vereador Fred Procópio, um programa de Arte, Cultura e Patrimônio da Câmara Municipal de Petrópolis, que vai permitir que se leve discussão pública ao IMC, inclusive ao conselho, para que se possa abrir editais para o uso do Palácio Amarelo e de todo seu entorno para atividades culturais. Igor Cosso, ator brasileiro nascido em Belo Horizonte, formado pela Casa de Cultura Laura Alvim no Rio de Janeiro, que trabalhou em diversas novelas e produções áudio visuais, sendo as últimas tramas, a novela *Salve-se que puder*, da Rede Globo, na qual contracenava com a atriz americana Mandy Moore, iniciou sua fala parabenizando o vereador Yuri Moura e todos os envolvidos na criação dessa lei, pediu perdão por não usar as formalidades, esclarecendo ser esta sua primeira audiência pública e dizendo que, apesar de residir no Rio de Janeiro, tem uma ligação muito forte com Petrópolis, pois seu namorado, que também é artista e dançarino mora nessa cidade. O ator prosseguiu dizendo que um dos seus melhores amigos é Gustavo Tinbi, músico em Petrópolis e salientou que tem uma ligação muito forte com artistas petropolitanos e que há muito tempo escreve e produz seus espetáculos, dizendo que a nove anos atrás escreveu e produziu uma peça infantil juvenil de forma totalmente independente, colocando recursos próprios, viajando o Brasil e passando por 45 cidades, contando com o interior da Bahia, Manaus, Belém, indo de norte a sul do País. Falou que esse é o projeto que tem mais orgulho na sua vida, relatou que viu de perto o impacto que esses projetos têm na vida de crianças e adolescentes, relatando que muitos tinham ido ao teatro pela primeira vez e o quanto isso transformava suas vidas. Falou sobre o streaming e como ele vem tomando muito espaço no áudio

visual, e que as pessoas desta geração não têm o hábito de ir ao teatro, o que, por sua vez, considerou ser muito ruim. Ressaltou a importância do projeto de lei e incentivo à cultura. Falou da importância do teatro na história, de como o teatro virou palco de *stand comedy* e que nossa dramaturgia tem sido deixada de lado por falta de incentivos, justamente pelos motivos discutidos, portanto sua contribuição foi no sentido de parabenizar a presente iniciativa. O Vereador Yuri Moura aproveitou a oportunidade para homenagear o ator e produtor Igor Cosso em nome da Presidência da comissão de Direitos Humanos da casa legislativa de Petrópolis, demonstrando solidariedade para que conste na história da Câmara Municipal uma moção congratulatória para o ator Igor Cosso e também para Veron Leal, em reconhecimento a resistência, coragem e a resiliência que os mesmos tem tido e pelo amor e manifestação de carinho, principalmente pela superação de qualquer tipo de preconceito e discriminação, destacando o quanto devem ser inaceitáveis em nossa sociedade. Estendeu agradecimento ao Dr. Felipe César pela indicação e pela condução da audiência e em seguida fez a leitura que dizia: “Câmara Municipal de Petrópolis, moção congratulatória. O Vereador Yuri Moura, satisfeito as formalidades regimentais, encaminha o presente voto de efusivas congratulações aos cidadãos Veron Leal, petropolitano, e Igor Cosso pela coragem e resiliência em que trataram os diversos ataques e discursos preconceituosos em razão da demonstração de carinho e afeto entre o casal nas suas respectivas redes sociais, saibam todos, por esse instrumento simbólico, que o amor é o elemento garantidor da nossa existência e a falta dele causa verdadeiro dano a sociedade, e não as suas expressões partindo de onde seja, em boa hora, portanto concedo-lhe essa justa homenagem como prova do reconhecimento ao seu incontestável valor, saudando e reconhecendo o seu mérito”. Igor Cosso, agradeceu e disse que irá buscar em breve essa homenagem, que fica emocionado de que algo que é tão natural para ele sirva de exemplo para outras pessoas, disse que dentro do áudio visual existe também um ambiente muito machista, por mais que não pareça, disse que já viveu muita coisa no meio em que atua e que quando resolveu falar sobre sua orientação sexual e seu relacionamento para as pessoas que tem acesso à internet, onde se encontram garotos e garotas, pessoas LGBTQIA+, o fez no objetivo de que as mesmas olhassem para eles e que se identificassem, sabendo que podem ser felizes e que seu amor é natural, e sempre estará lutando pelo grupo LGBTQIA+. A conselheira do movimento áudio visual Aline Castella, membra do conselho que ajudou a elaborar o Projeto de Lei, iniciou sua fala dizendo que é uma honra estar participando da audiência, que fica difícil falar depois de tantas falas pertinentes sobre a importância da luta pela construção do Projeto de Lei e do impacto que o projeto causará tanto na cadeia produtiva dos fazedores de cultura como

também no empresariado local; disse também que gostaria de trazer como contribuição a indicação do vereador Yuri Moura sobre a preservação do acervo áudio visual do Sr. César Nunes, sendo este um assunto muito caro para o pessoal do áudio visual. Continua sua fala afirmando que o Sr. César Nunes possuía uma produtora cinematográfica onde se fazia cine jornais e que esses cine jornais rodaram nos cinemas de todo o Estado do Rio de Janeiro, destacou, ainda, a participação do Sr. César Nunes em filmagens para a Agência Nacional, sendo este um acervo que compreende um período histórico muito extenso, que se inicia na década de quarenta até meados da década de oitenta, alertou que já se encontravam próximos de completar dois meses do incêndio do galpão da cinemateca e que havia muita preocupação no seguimento de áudio visual para a formação do imaginário local e para formação do Estado do Rio de Janeiro, tendo ali imagens da praia de Copacabana e também de construções de muitos espaços da cidade de Petrópolis; fez um apelo, em nome do seguimento do áudio visual, aos membros da Casa, ao secretário do IMC, Charles Rossi, e a todos os envolvidos para que olhem com carinho para o acervo César Nunes, segundo as palavras da Sra. Aline Castella: “Para que a gente não chore o leite derramado e espere queimar, para depois dizer que a gente poderia ter preservado. Muito se falou desse ouro de patrimônio que Petrópolis tem, sendo essa uma das nossas grandes joias.”. A Sra. Aline citou a contribuição da Sra. Rosane e explanou sobre o incentivo para a pré-produção e a elaboração do roteiro, informando que no edital do ano anterior sua produtora foi vencedora do processo que tinha o objetivo de produzir um roteiro sobre as artes visuais em Petrópolis, nesse entendimento não se entregaria o produto pronto, mas foi aceito o desenvolvimento daquela ideia para que posteriormente houvesse a possibilidade de filmagem, embora não houvesse regulamentação, é importante lembrar que já havia precedentes. O Vereador Yuri Moura informou que a Sra. Aline trouxe uma questão importante, ele apresentou a proposta na audiência e disse que o Sr. Márcio Nunes (filho do Sr. César Nunes) tem batalhado muito por esse projeto, chegando a ter conversas o presidente do IMC, Charles Rossi, onde ele acompanha e propõe soluções, sendo este um tema para a próxima reunião do Conselho de Cultura. O Presidente do IMC, o Sr. Charles Rossi, disse que esse acervo é realmente importante para a cidade e o grande desafio para a cultura é a digitalização e a preservação do mesmo, disse também que ele está com uma lei Rouanet aprovada e que a captação deste recurso vai até dezembro, mas que está pronto para fazer um esforço e tentar juntos equacionar esse problema, para evitar que se perca todo o acervo. O Vereador Yuri Moura se comprometeu a propor e agendar junto ao Sr. Márcio, com a participação da Sra. Aline e quem mais do conselho for necessário, junto ao presidente do IMC, para que possa

avançar nessa indicação que conseguiu aprovar nessa casa legislativa e que precisa se transformar em realidade pela memória, pela cultura e por tudo que representa o acervo. O Vereador Yuri Moura justificou a ausência da Sra. Neiva que também é conselheira e participou na elaboração do projeto, o Sr. Fábio Santos Matias chefe do escritório do IPHAN e o Sr. Caique Nogueira que é ator e produtor nascido em Petrópolis. Iara Rocha, atriz, diretora teatral, dramaturga, poetisa, membra titular e diretora de cultura da Academia Brasileira de Poesia da Casa Raul de Leoni, professora, diretora, produtora e autora de livros a serem publicados, o primeiro, *A margem poesia e poemas inéditos*, inicia sua participação falando sobre a honra de estar em uma audiência como essa, tendo como realidade o momento histórico que se apresenta e que nesse momento se tem a dimensão da importância dos incentivos à produção e manutenção da cultura, e ainda a valorização dos fazedores de arte; saudou o vereador Yuri Moura, o qual disse ser um grande companheiro de longa data, que acompanha há muitos anos a trajetória da companhia teatral Língua de Trapo, desde de 2009 reconhecida pelo então Ministério da Cultura, disse que é muito emocionante ver na reunião a Sra. Diana e também o Sr. Charles Rossi, seus pares na produção, criação e mobilização da sociedade civil, em diálogo com o Poder Público; destacou que é fundamental fortalecer essa construção cada vez mais. Continuou sua fala dizendo que 2009 foi um marco no projeto chamado *Independência é Arte* que visava trabalhar diretamente com a juventude e crianças da periferia da comunidade do Alto da Independência, onde o objetivo era provar que a cultura e seus recursos devem ser descentralizados, dando acesso à cultura como um direito. Destacou que o referido programa vive idealizado pelo historiador Célio Turino, o qual já teve oportunidade de trazer para reuniões da pré-conferência municipal de Cultura e do encontro Cultura Viva de Petrópolis. Falou sobre as dificuldades de desenvolver e manter as iniciativas e programas culturais sem os incentivos, que o objetivo era colocar em prática as práticas de teatro, o áudio visual, a literatura, a dança e as festas populares como tradição e manifestação popular brasileiro, que esse sempre foi o foco do trabalho da companhia. Exaltou as iniciativas de grupos como o Língua de Trapo e registrou que dentre todas as dificuldades de entendimento e de diálogo com o poder público, o secretário Charles Rossi, Presidente do Instituto Municipal de Cultura, foi o único gestor público que desde 2009 viu com muita naturalidade e emergência o fomento dos pontos de cultura. Continuou sua fala afirmando que compromisso dos fazedores de cultura independe dos recursos públicos, mas não pode renunciar aos recursos públicos, assim como também vão necessitar da iniciativa privada, a partir da referida Lei Municipal de Incentivo à Cultura, para que se consiga fazer uma gestão de

projetos pelo poder público e pela iniciativa privada. Informou que ao longo desse período inteiro teve nos primeiros três anos o valor de cento e oitenta mil reais, sessenta mil reais ao ano; continuou relatando sobre as diversas dificuldades para manter os projetos, como custos com aluguel e manutenção dos espaços, tendo por diversas vezes que retirar do próprio bolso e relatou que, infelizmente, muitos não conseguiram se manter fisicamente de portas abertas, como foi o caso do Grupo Teatral Língua de Trapo, que sofreu um despejo, caso este que lhe deixou muito envergonhada. Também falou sobre os dados históricos pesquisados a partir do momento em que viraram pontos de cultura, como a questão de valor patrimonial, imaterial e cultural da cidade e vários prédios históricos que contam toda a história da cidade; ressaltou também que foi autora de pesquisa divulgada na Câmara de Vereadores, mas que infelizmente à época o querido amigo Yuri Moura não era ainda vereador. A citada pesquisa mostrava que na época do Império, a Rua Sete de Abril era popularmente conhecida como Rua dos Artistas, destacou que nenhum gestor até hoje teve esse estudo, essa percepção, essa humildade e, ao mesmo tempo, grandeza em reconhecer os verdadeiros tesouros de nossa cidade; continua, falando sobre a importância do porquê a referida rua era conhecida como Rua dos Artistas; saudou Sra. Maria Luísa, que trabalhou muito tempo na biblioteca municipal e disse ficar emocionada por esta recordação. pois se tratava de uma pessoa de alma generosa e consciente. A Sra. Iara Roccha, deu continuidade a sua fala fazendo referência ao golpe de 2016 e suas desastrosas consequências para a cultura, que considerou um verdadeiro massacre cultural e social das políticas públicas. Apesar deste revés, o projeto continuou trazendo jovens negros, periféricos, trabalhadores, trabalhadoras e estudantes, tendo a oportunidade de mostrar e de provar que fazer teatro é gerar emprego, conhecimento e renda. Disse também ser imprescindível que se lute pelas políticas públicas, para que haja a inclusão da cultura como um direito; referenciando a fala da deputada Benedita da Silva, relatou que existia um gestor em Petrópolis que deixava de incentivar produções locais para pagar cachês caríssimos a atores globais e que infelizmente a nossa cultura também mantinha uma perspectiva de exaltação ao “sucesso” e não a cultura de raiz, com cultura de base comunitária, sendo esse o perfil histórico da criação de um programa de Cultura Viva, que é reconhecer, valorizar e fomentar. Disse ainda, que nesse percurso inteiro, em 2016, teve que ocupar o prédio do Gustavo Capanema, que agora seria vendido para empresários que poderiam fazer qualquer coisa com um prédio histórico; finalizou dizendo que está muito feliz, que gostaria de falar diretamente para seus pares do teatro e que pensou em estruturar e elaborar uma proposta de criação de uma escola popular de teatro em Petrópolis, que poderia acontecer, por

exemplo, dentro do teatro Dom Pedro, quando o mesmo for devolvido para os artistas, para que a população periférica que não tivesse recursos pudesse ter a oportunidade de se profissionalizar como ator, diretor, iluminador, cenógrafo e camareiro, afirmando, portanto, que existe um universo de possibilidades que as pessoas deixam de acessar devido ao que chamou de apartheid cultural, disse também que entende a dinamicidade da cultura, sua dinâmica diversa, mas que não se pode restringir a apenas um entretenimento, subordinado aos interesses empresariais, onde a demanda ficaria sob as exigências comerciais. Continua sua explanação dizendo que o que se está tentando é voltado para a produção de conteúdo cultural e que isso demonstra que a cultura deve estar sempre em processo de evolução democrática, onde cultura e educação estão em permanente diálogo. Concluiu relatando que na conferência de Cultura fez uma proposta para que se criasse a Rede de Cultura Viva de base comunitária e que houve interesse de muitos coletivos que marcaram presença na primeira assembleia, onde oficialmente se criou a Rede Municipal de Cultura Viva de base comunitária, dentro do conselho municipal de cultura, onde houve a aprovação de todos os conselheiros da ata apresentada. Afirmou que este era um de espera, e pediu ajuda de todos para que sensibilizassem o prefeito Hingo Hammes, para que encaminhe o documento para a Câmara de Vereadores para que ela seja alterada e se crie oficialmente dentro do conselho municipal de cultura a cadeira de cultura viva, e que ela tenha o implemento de incentivados pelo poder público e iniciativa privada, como por exemplo a questão do carnaval. Também falou sobre a articulação de um registro histórico da cultura da cidade, incluindo as várias expressões culturais, entre elas o seguimento de cultura afro-brasileira e o tombamento do monumento a Zumbi dos Palmares na praça da Liberdade. Informou que a conversa tem avançado bastante a ponto de produzir um documento quase fechado para entregar a quem de direito, pedindo reparação histórica e a devolução do espaço para o seguimento da cultura afro-brasileira. Disse ainda que sua experiência em Córdoba na Argentina, sobre a criação da secretaria especial de cultura, gerida pela base comunitária e seus ótimos resultados para a cultura a níveis locais. Agradeceu o trabalho do vereador Yuri Moura, trabalho de longa data e a força com que ele trabalha pelos direitos humanos, pela cultura e pelos trabalhadores, sendo esse motivo de muito orgulho. O vereador Yuri Moura citou a presença do Centro de Defesa dos Direitos Humanos. O Sr. Pedro Fernandes iniciou sua fala saudando a todos e todas, disse ser um prazer participar da audiência pública e lembrou de sua luta junto ao conselho para se implementasse a lei de incentivo. Ressaltou que, como artista da área do teatro, sendo portador de deficiência e LGBTQIA+, é representante do direito a acessibilidade ao teatro e que a cultura da diversidade é de

extrema importância. Destacou a necessidade de acesso à lei pelas pessoas que trabalham com cultura acessível, com cultura da diversidade e que, com a aprovação dela, será necessário um trabalho pedagógico, para que o pequeno e grande empresário da cidade entendam sua importância, disse também que a Prefeitura precisa fazer um trabalho de divulgação mostrando toda a importância da lei. Continuou sua fala mostrando a importância das políticas públicas e que elas deem a mesma importância aos pequenos artistas periféricos, aos artistas com deficiência e aos artistas LGBTQIA+, artistas estes ficaram sem trabalho nessa pandemia. Finalizou dizendo que a divulgação do trabalho começa a partir desse momento e se colocou à disposição para a tarefa. O vereador Yuri Moura saudou a todos os fazedores de cultura da cidade e afirmou que será necessário um amplo debate com empresários e a sociedade civil para efetivamente implantar a referida lei, em seguida, trouxe três perguntas dos internautas; a primeira tratava sobre a previsão de aprovação da lei, o vereador Yuri Moura informou que no início da audiência falou sobre o nascimento do projeto no Conselho Municipal de Cultura e que participou da discussão junto aos conselheiros e com a comissão especial montada para esse fim, além da sociedade civil. Frisou que o Instituto Municipal de Cultura teve a oportunidade de trazer Câmara e que já passou pela comissão de Constituição, Redação e Justiça, também pela de Orçamento e Finanças e que agora encontrava-se na Comissão de Cultura. Disse que aguardou essa audiência pública para que se pudesse, junto ao presidente vereador Marcelo Chitão, encaminhar para o plenário, tendo em vista o parecer necessário da Comissão de Cultura. Com o desfecho da audiência e mais a entrada do texto na ordem do dia, disse acreditar que dentro de um mês seja aprovada e que a partir desse tempo o prefeito terá mais um mês para sancionar ou vetar. Destacou que tem certeza da sanção, pois está participando desse processo. A segunda pergunta questionou de onde viriam os recursos, a Sra. Diana respondeu que todos os proponentes inscritos na lei e pessoas jurídicas e físicas poderiam se cadastrar apresentando todas as documentações, a partir disto ficam liberados para procurarem empresas da cidade que tenham interesse em receber descontos no IPTU ou ISS e, no caso de pessoas físicas, o IPTU. A terceira pergunta se localizou na possibilidade de que o incentivo fiscal pudesse ser utilizado para despesas trabalhistas; o vereador Yuri Moura respondeu à questão se baseando no artigo 4º e a Sra. Diana complementou, afirmando que a proposta de lei prevê que os funcionários envolvidos nos projetos artísticos também possam ser remunerados através da Lei de incentivo, pois os funcionários trabalharão em função destes projetos, portanto, a captação de recursos deverá prever o pagamento das pessoas que estiverem trabalhando direta e indiretamente neles, assim, os recursos poderão ser utilizados para o pagamento

dos trabalhadores que tenham vínculo empregatício com as empresas proponentes. A Sra. Diana acrescentou que as despesas trabalhistas também poderiam ser pagas com incentivos federais. O vereador Yuri Moura, que presidiu a audiência pública, agradeceu a presença do Sr. Maurício Araújo da produtora X da Questão e da Sra. Carla Coelho, o vereador destacou se tratar de pessoas importantes para a cultura e comunicação de Petrópolis. O Sr. Charles Rossi, presidente do Instituto Municipal de Cultura, finalizou parabenizando o vereador Yuri Moura, o Conselho Municipal de Cultura e a todos que contribuíram na elaboração da referida lei, desejando que ela fosse sancionada e entrasse em vigor o mais rápido possível, com objetivo de colaborar com o financiamento de projetos culturais na cidade de Petrópolis, também parabenizou aos assessores que organizaram a audiência pública e agradeceu a todos os vereadores presentes. O vereador Yuri Moura agradeceu ao presidente do Instituto de Cultura pela relação que ambos têm construído para elaborar propostas para cultura da cidade, principalmente pelo respeito que o secretário tem tido com a casa legislativa. Disse que está vereador, mas não perdeu seu mandato de cidadão. Continuou afirmando seu profundo apreço pelo Carnaval e falando sobre sua percepção junto aos seus colegas, destacou ser uma oportunidade muito grande, na qual o secretário tem contribuído para a construção do Carnaval para o próximo ano, com todos os protocolos estabelecidos. O secretário pediu a palavra e afirmou que a pior chaga é a descontinuidade dos projetos elaborados e que a única maneira que se tem de dar continuidade às políticas públicas baseia-se na participação da sociedade civil, fato que considerou gerar um sentimento de pertencimento com o bem público, o que seria a única maneira para que a política pública permanecesse para além dos mandatos. O vereador Yuri continuou falando sobre a oportunidade de participar da formação do conselho, do fórum popular de cultura, que pode acompanhar, enquanto coordenador de juventude. Continuou falando sobre sua admiração e sua felicidade em trazer esse projeto, agradeceu ao Fórum Municipal de Cultura e ao Conselho Municipal de Cultura por todo o empenho, disse também que o projeto de lei nasce dos anseios, das experiências e das necessidades do setor cultural. O vereador Domingos Protetor falou sobre uma conversa tida com o secretário Charles Rossi, cujo conteúdo se referia a inverdades a respeito da obra no Teatro Dom Pedro, citou também o acompanhamento que faz nas ações do prefeito interino Hingo Hammes e de seu empenho na captação de recursos junto à Caixa Econômica Federal, onde encontra muitos problemas burocráticos para a liberação dos recursos, terminou fazendo um apelo à diretoria da Caixa, no sentido de agilizar o processo. Finalizou sua fala parabenizando a todos envolvidos na audiência. O vereador Yuri Moura elogiou o vereador Domingos Protetor a respeito de sua presença

em todas as audiências públicas, disse que é um grande parceiro e amigo e que o vereador, além de cuidar da causa animal, defende várias pautas na casa legislativa. O vereador Mauro Peralta parabenizou a todos, principalmente ao Sr. Pedro Fernandes, destacando a fala em que ele se referiu à cobrança e divulgação do projeto de Lei, também falou sobre a sua amizade com o Sr. Márcio Nunes, filho do falecido Sr. César Nunes, se comprometendo a cobrar o secretário do Instituto Municipal de Cultura.

A Sra. Diana Iliescu finalizou agradecendo a todos que participaram e pediu a gentileza de que todos os fazedores de cultura que tiveram conhecimento da lei e que ainda a lerão, tirem suas dúvidas. O Vereador Yuri Moura fez um encaminhamento para que se possa colocar o projeto no site da Câmara de maneira mais explícita, para que as pessoas possam acompanhar a redação do texto e que se disponibilize um formulário para participação e sugestões sobre o projeto que foi debatido nessa audiência; respondendo à Sr. Diana, disse que está em tramitação na última comissão necessária, a comissão de cultura da casa. Agradeceu ao vereador Marcelo Chitão que preside a comissão, e pediu para que ele traga à plenária, a partir do conselho, às sugestões que ainda surgiriam. A Sra. Diana agradeceu ao IMC, falou ser muito importante para que se pudesse executar as grandes festas da cidade. O Vereador Yuri Moura disse ser muito importante a observação da Sra. Diana a respeito do retorno às discussões sobre a Fundação Municipal de Cultura, mesmo sabendo não ser fácil discutir sobre nossas festas e que o modelo exploratório aplicado não é bom, pois não respeita as tradições da cidade. O vereador disse ser necessário que haja esse respeito, assim como o envolvimento dos segmentos sociais na organização de tais eventos. A Dra. Rosana agradeceu e disse ter trazido um pouco de sua experiência na Agência Nacional de Cinema e no áudio visual, disse também ter ficado feliz com a organização da sociedade civil e que aguarda a aprovação e sanção do referido projeto de lei, acrescentou ser necessário um poder de persuasão para convencer aos empresários participarem dessa lei. O Sr. Igor Cosso finalizou sua participação dizendo que a moção lhe deixou emocionado, agradeceu a todos os envolvidos em uma iniciativa tão importante em um momento político tão complicado, em que se pese estar sob um governo que acabou com o Ministério da Cultura, com o agravante da pandemia. Disse que ouviu falas muito importantes e que é preciso valorizar as companhias de teatro e os coletivos de cultura, mas que se precisa de muito diálogo, pois com a vinda das verbas a vontade comercial das empresas se sobrepõe sobre as reais necessidades da cultura. Finalizou sua fala agradecendo a todos. O vereador Yuri Moura agradeceu a todos e todas, ao presidente Charles Rossi, ao vereador Domingos Protetor e ao vereador Mauro Peralta, e, também, ao Conselho Municipal de Cultura, por todo o esforço e dedicação, fazendo



votos de que continuassem contando com o seu mandato e com a casa legislativa. Desejou boa noite a todos que assistiram virtualmente e declarou encerrada a audiência pública.



VEREADOR YURI MOURA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS